



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Responsabilidade Social Corporativa: O papel das empresas transnacionais para o desenvolvimento local - O caso de Moçambique (2009-2014)

Por JOFRICE, Lúcia Domingos

Outubro, 2014



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A Responsabilidade Social Corporativa: O papel das empresas transnacionais para o desenvolvimento local - O caso de Moçambique (2009-2014).

Por JOFRICE, Lúcia Domingos

Orientação: Prof. Dr. Manuel Ennes Ferreira

Outubro, 2014

Agradecimentos

Ao meu orientador e Professor Dr. Manuel Ennes Ferreira que desde o primeiro momento acolheu o pedido de orientação do trabalho. Pelo acompanhamento, paciência e sabedoria com que me guiou ao longo do processo.

Aos meus professores do primeiro ao último ano pela ajuda prestada e total disponibilidade sempre que necessitei. Por compreenderem as diferenças e contribuírem para o meu crescimento académico.

As minhas irmãs Precilda, Providência, Judite e ao meu pai Luís Jofrice que sempre acreditaram, incentivaram e me deram forças em todos os momentos.

A Joana Clemente e Carlos "Cazé" de Almeida que me apoiaram e se empenharam para tornarem possível a minha vinda a Lisboa.

A Laia Sastre e a Henriqueta Mola que foram e são a minha referência familiar em Lisboa. Mães, irmãs, primas e amigas de todos os momentos.

A Jimena Vila pela amizade, apoio constante e por fazer com que nos momentos de adversidade a continuação dos estudos fosse possível.

Aos amigos de Moçambique de toda a vida que apesar da distância apoiaram e contribuíram para que o objectivo fosse alcançado.

Aos meus colegas de turma, especialmente a Daniela Rodrigues, a Francisca Tungumuna, e a Hao Zhang pela amizade, presença constante e ajuda nos momentos em que a adaptação não foi de todo fácil.

A todos que passaram e contribuíram para formar a pessoa que sou hoje.

À minha mãe, Judite Gaspar
por inumeráveis motivos especialmente pelo amor e apoio incondicional.

Ao meu companheiro Ignácio "Nacho" Puche Alosete
fonte de fé e por fazer com que todas as barreiras parecessem pequenas.

LISTA DE ABREVIATURAS:

Anadarko Petroleum - Anadarko

EITI - Extrative Industries Transparency Initiative

FMI – Fundo Monetário Internacional

GRI - Global Reporting Initiative

ISO - Organização Internacional de Normalização

KEPA - Centro de Cooperação para o Desenvolvimento - Plataforma das ONG
Finlandesas

ONG – Organizações Não-Governamentais

OCDE - Organization for Economic Co-operation and Development

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PWP - Publish What You Pay

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

RESUMO

A exploração de recursos naturais não é uma coisa nova em Moçambique mas o surgimento de novas descobertas de gás natural que colocam o país como uma potencial "potência" energética mundial trouxe a necessidade de redefinição dos papéis dos agentes económicos. Essa necessidade levou ao debate sobre o contributo das empresas extrativas para o desenvolvimento local o que culminou com a legislação da Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais. A presente dissertação analisa as actuais práticas de Responsabilidade Social das Empresas em Moçambique, especialmente as empresas do sector de extração de gás e carvão pois existe um pensamento generalizado de que estas empresas são as que mais devem contribuir para o desenvolvimento uma vez que são as que provocam mais externalidades negativas.

Para o presente trabalho foram feitas leituras e análises exaustivas dos documentos, informes e bibliografia existente a respeito do tema que auxiliam para a percepção da **contribuição da Responsabilidade Social das empresas para o desenvolvimento de Moçambique.**

Palavras-chaves: Responsabilidade Social, Moçambique, Indústria Extractiva, Desenvolvimento, Empresas Transnacionais;

ABSTRACT

The exploitation of natural resources is not a new issue in Mozambique but the emergence of new natural gas discoveries that put the country as a potential "power" world energy brought the need to redefine the roles of economic agents. This need has led to debate about the contribution of extractive industries to local development which culminated with the Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais.

This dissertation examines the current practice of CSR in Mozambique, especially in the extraction companies of gas and coal because there is a widespread thought that these companies are the one that should contribute most to the development since they are the ones that causes more negative externalities.

For this dissertation the readings and exhaustive analysis of the documents, reports and existing literature helped in the perception of the contribution of Corporate Social Responsibility for the development of Mozambique.

Keywords: Social Responsibility, Mozambique, Extractive Industry, Development, Transnational Corporations;

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
Problematização	2
Objectivos.....	3
Hipóteses.....	4
Metodologia	4
Cap.1. Enquadramento Conceptual e Teórico.....	6
1.1. Definição de conceitos e actores-chaves.....	6
1.1.1. Empresas Transnacionais.....	6
1.1.2. Responsabilidade Social Corporativa	9
1.2. Teorias que orientam o trabalho	12
1. 2. Teoria Integradora.....	12
1.3. Teoria Funcionalista	14
Cap.2. O Regime Internacional da abordagem da Responsabilidade Social Corporativa	16
Cap.3. A Indústria Extractiva e a Responsabilidade Social em Moçambique.....	20
3.1. A indústria extractiva em Moçambique	20
3.2. As Normas e Políticas Nacionais na Materialização da RSC em Moçambique	25
3.3. Modelo da Responsabilidade Social das Empresas Extractivas em Moçambique: Características gerais e seus contornos	27
3.4. O caso prático da RSC à prova em Moçambique	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	35
Referências bibliográficas	38

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “*A Responsabilidade Social Corporativa: O papel das empresas transnacionais no desenvolvimento local- O caso de Moçambique (2009-2014)*”, reflecte em torno dos planos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como contribuição para o desenvolvimento comunitário.

O período de pesquisa está compreendido entre 2009 e 2014, por ser o momento em que surgiram as mais recentes descobertas do Gás Natural em Cabo Delgado, Moçambique (Bacia do Rovuma - Bloco 16 e 19)¹. Este período também se caracteriza pela massificação dos debates levados a cabo pela sociedade civil, académicos, Organizações Não Governamentais (ONG) e governo em torno do papel e contribuição das empresas no desenvolvimento de Moçambique. Este tema foi escolhido porque participei e assisti às mudanças que foram ocorrendo em Cabo Delgado no período em análise. Sendo funcionária da KEPA e activista do Parlamento Juvenil de Moçambique, participei do processo de advocacia e lobby por parte da sociedade civil e ONG para exigir que as empresas implementassem estratégias e planos de RSC que beneficiassem as comunidades locais.

Na mesma época surgiram em Moçambique políticas, estratégias e revisões de leis relacionadas com a indústria extrativa, outorgando deste modo novos papéis no cenário social e redefinindo os já existentes.

¹ Chilengue, Benjamim (2013), “O papel do Ministério de Recursos Minerais na Gestão dos Recursos Minerais” - Direcção de Planificação e Desenvolvimento do Ministério de Recursos Minerais, Fevereiro de 2013, Documento de Apresentação.

Problematização

Moçambique possui um enorme potencial energético, o que proporciona condições favoráveis para a satisfação não apenas das suas necessidades domésticas bem como da região da África Austral e não só. Com efeito, as descobertas de carvão mineral, cujas reservas são estimadas em mais de 20 mil milhões de toneladas, e de gás natural, com uma estimativa de 277 mil milhões de metros cúbicos, associadas aos abundantes recursos hídricos cujo potencial é de 18.000 MW, colocam Moçambique numa posição bastante privilegiada, como uma referência energética mundial na região e no mundo². E, de acordo com o Instituto Nacional de Petróleo (2012), o país possui reservas de gás comparáveis às reservas do Iraque.

Biggs prognostica que *Moçambique está prestes a tornar-se num exportador de recursos naturais de classe mundial com projeções que indicam que vai registar um rápido e prolongado aumento de receitas provenientes de recursos minerais nas próximas décadas* (2012:7). Estas perspectivas trazem esperança ao desenvolvimento do país agregado ao facto de apresentar melhorias de crescimento económico anual de 6% a 8% nos últimos anos.

Contudo, segundo o Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008-2009, houve um ligeiro agravamento na taxa de pobreza para 55%, e por outro lado os indicadores chave sócio-económicos são ainda graves: o PIB per capita é de 1.117 USD, a taxa de alfabetização de adultos é de 52%, e a esperança de vida à nascença é de 52,8 anos³. Moçambique encontra-se ainda na posição número 185 entre 187 países no Índice de

² Conselho de Ministros, “Plano Director do Gás Natural”, 2014, Maputo.

³ Agenda 2025, Visão e Estratégias da Nação (2013), Maputo, Comité de Conselheiros.

Desenvolvimento Humano do PNUD, o que o torna no país menos desenvolvido da África Austral (PNUD, 2013)⁴.

Nos últimos anos produziu-se uma evolução na forma de considerar o sector privado dentro das políticas de cooperação para o desenvolvimento (Ramiro, 2012:199), e Moçambique não foi excepção levando essa prática a um nível interno e incorporando as empresas nas estratégias da luta contra pobreza extrema.

A extração de recursos naturais não é uma coisa nova em Moçambique entretanto este estudo surge da necessidade de aprofundar os conhecimentos na matéria ligando as actividades extrativas e a RSC que é uma coisa relativamente nova. Ademais, pretende-se que a análise sirva de contribuição para a sistematização dos conhecimentos acerca das transformações das comunidades, na percepção da RSC e implementação, e adiante sugerir estratégias de cooperação entre empresas, comunidade, governo e ONG.

Surge então a questão geral que orientará o trabalho:

- **Qual é a contribuição da Responsabilidade Social das empresas para o desenvolvimento de Moçambique?**

Objectivos

O trabalho busca alcançar os objectivos que se encontram delineados abaixo:

- **Objectivo Geral**
 - Reflectir sobre a importância das actividades de RS das Empresas multinacionais para o desenvolvimento de Moçambique;

⁴ Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, A ascensão do Sul: Progresso Humano num mundo diversificado, PNUD, 2013.

Objectivo específico

- Descrever os modelos de RSC das indústrias extrativas em Moçambique com base nos instrumentos legais existentes;

Hipóteses

1. A RSC é o garante do compromisso das empresas extrativas com o desenvolvimento de Moçambique;
2. As parcerias governo-empresas têm contribuído para o empoderamento económico e desenvolvimento das comunidades locais;

Metodologia

Relativamente à metodologia, para a realização do trabalho decidiu-se usar dois métodos e uma técnica que complementa. Os três incidem principalmente na exploração, caracterização, e posterior classificação do problema. São eles o método indutivo, interacionismo simbólico e a técnica de pesquisa bibliográfica.

Com o primeiro parte-se da premissa proposta por Bacon (1620) e Locke (1690) que propunham que “o conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência” (cf. Gil, 2008:10). Para o trabalho este método auxiliará na fundamentação dos casos práticos em referência como um ponto de partida para a previsão de uma realidade que se avizinha.

O segundo permite enfatizar os símbolos e as interações entre os actores Estado, empresas e comunidades e daí tirar conclusões sobre possíveis cenários futuros. Este método, que requer uma pesquisa de campo, foi escolhido uma vez que o horizonte

temporal se inicia em 2009 e vai até 2014, sendo que no ano de 2010 e 2012, participei directamente no terreno das discussões, consultorias, reuniões e das entrevistas que culminaram com a preparação do *draft* que deu origem à Política Nacional de Responsabilidade Social. Fiz parte igualmente do grupo da sociedade civil de Pemba e Palma (distritos de Cabo Delgado onde se encontram localizados os novos megaprojectos de gás natural), representando a KEPA (Plataforma das ONG Finlandesas) e o FOCADE (Fórum das ONG da Província de Cabo Delgado).

Com o terceiro e último método que será central no trabalho, partiu-se de análises de dados e material já existente. Foi feita uma pesquisa de fontes escrita e que abordam o tema em Moçambique. Esta técnica foi escolhida por impossibilidade de uma pesquisa de campo.

Finalmente, o trabalho encontra-se dividido 3 capítulos antecidos pela introdução. Na introdução apresenta-se o problema em estudo e o contexto em que se insere. Aqui também aborda-se as questões metodológicas que alicerçam a pesquisa. O primeiro capítulo traz o enquadramento e discussão das bases teóricas em que se apoia o trabalho. No segundo capítulo faz-se uma abordagem e enquadramento legal e internacional do surgimento e aplicabilidade da RS das empresas nos países em desenvolvimento. No terceiro e último capítulo é o estudo do caso com exemplos de como as empresas incorporam e colocam em acção os seus planos de RSC partindo da análise das leis nacionais de Moçambique existentes para o efeito. Parte-se então para as conclusões e recomendações para acções futuras.

Cap.1. Enquadramento Conceptual e

Teórico

1.1. Definição de conceitos e actores-chaves

Antes de partir para a análise do tema é necessário um enquadramento conceptual que permitirá uma maior compressão e discussão do tema e das variáveis presentes nas hipóteses do trabalho.

A definição não é feita de forma neutral, isto é, propomo-nos fazê-la à luz das teorias atrás indicadas. Longe de resolver o problema em análise, as definições constituem um ponto de partida para o entendimento dos actores e das suas motivações.

1.1.2. Empresas Transnacionais

Desde a década setenta do século passado, a definição terminológica e o enfoque sobre o papel que as transnacionais desempenham são notavelmente antagónicos (Pozas, 2012:22), como reflexo da complexidade e constante mutação destas empresas (Comas, 2013:26).

Uma empresa *"considera-se transnacional quando a sua participação no capital de uma empresa de um país estrangeiro é igual ou superior a 10%⁵. A empresa comparticipada pela transnacional passa a ser uma filial.* (Feáns, 2007:12).

As transnacionais conduzem as suas actividades em escala internacional, ultrapassando

⁵ Esta definição é também apresentada pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD.

as fronteiras nacionais, sobre a base de uma estratégia comum dirigida pelo centro corporativo⁶(Comas, 2013)

Em termos jurídicos assume-se que é *“aquela empresa que está constituída por uma sociedade matriz criada em conformidade com a legislação do país em que se encontra instalada, que se implanta por sua vez em outros países mediante o investimento directo estrangeiro sem criar empresas locais ou mediante filiais que se constituem como sociedades locais conforme a legislação do país de destino do investimento”* (ibid).

Nota-se então que apesar de sua geolocalização, estas empresas apresentam um centro único com poder de decisão - a empresa mãe.

A nível organizacional trata-se de “redes dentro de redes”, isto é, que se estruturam em torno de uma complexa teia de relações, transacções, intercâmbios e interacções tanto dentro da própria rede da empresa assim como com outros actores chaves para o desempenho das suas actividades.

No seu modo de funcionamento observa-se:

- A maximização dos lucros, que rege todas as suas acções e modo de funcionamento;
- Busca de novos mercados, matéria-prima, baixos custos salariais, regulações sociais e meio ambientais débeis, ajuda e subvenções;
- Utilizam todos meios ao seu alcance sejam estes legais, paralegais ou directamente ilegais para assegurar a maximização de lucros e acumulação crescente de capital (Comas, 2013:28).

⁶ Hernández, Zubizarreta, (2009), *“Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos: historia de una asimetría normativa de la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales”*, Hegoa, Bilbao. Disponível em http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/el%20negocio%20de%20la%20responsabilidad.pdf

“As transnacionais são a instituição económica mais relevante e dominante dos nossos dias. São responsáveis por 66% do comércio mundial, e estão por detrás de 85% do investimento directo estrangeiro” (Pozas, 2012:22).

As empresas transnacionais passaram de 7.000 na segunda metade dos anos setenta para cerca de 70.000, e o número das suas filiais supera as 690.000, das quais metade está nos países do Sul⁷(Feán, 2007:9).

Segundo os dados do FMI, os lucros das 500 maiores representam o equivalente a 38% em 1996 e 43% em 2006, quase a metade da riqueza mundial. Superam o PIB dos Estados Unidos da América (EUA) e o da União Europeia juntos.

Este poder de riqueza concentrado em “500 centros de decisão” deixa claro não somente o peso directo sobre o sistema produtivo mundial mas também a sua capacidade de influência directa e indirecta sobre o resto dos sistemas (Pozas, 2012:24).

As empresas influenciam na política e nos processos legislativos através dos seus grupos de pressão (*lobbies*), do financiamento de campanhas governamentais (cf. Bendell, 2004), ou simplesmente através da ameaça de realocização.

A sua influência estende-se também aos Meios de Comunicação (40% dos meios de comunicação mundiais estão controlados por 5 transnacionais) (cf Arenas 2009:16)⁸.

É importante referir que as empresas transnacionais não estão submetidas a nenhum tipo de controlo democrático. Não existe actualmente marco jurídico adequado para controlar a sua actividade económica e penalizar determinadas externalidades que

⁷ UNCTAD, World Investment Report 2005, Naciones Unidas, New York.

⁸ Simms, A, *et al* (2000), “It’s democracy stupid: the trouble with the global economy -The United Nations’ lost role and democratic reform of the IMF, World Bank and The World Trade Organization”, London, New Economics Foundation.

geram: depredação de recursos naturais, violações dos direitos humanos e laborais, etc. (Feán, 2007:15).

Na última década a agenda da cooperação internacional passou a considerar as empresas transnacionais como agentes do desenvolvimento partindo do enfoque da RSC.

As empresas, conjuntamente com os organismos internacionais e ONG, têm articulado um discurso que aposta na incorporação do sector privado nas estratégias de cooperação como motor dos objectivos de desenvolvimento humano e da luta contra a pobreza. (Ramiro, 2012:197). As empresas vêm ganhando protagonismo e crescente poder (Arenas, 2009:15), o que criou a necessidade de repensar a maneira tradicional de desenvolver suas actividades, incluindo nelas interesses sociais e meio-ambientais.

Surgem então forças que conduzem à aproximação entre estes actores diferentes. Para justificar este modelo acredita-se que a cooperação resultará em benefícios para os implicados, nomeadamente o Estado ganha a possibilidade de atrair um volume significativo de fundos privados com modestas contribuições públicas; o sector privado pode beneficiar da intervenção pública para aceder a mercados e poder gerar um diálogo mais fluído com os governos receptores e as comunidades locais (cf Ramiro, 2012: 199). Desta maneira prevê-se uma situação de *win-win* entre todos os agentes.

1.1.3. Responsabilidade Social Corporativa

A RSC surge da crescente exigência de um comportamento social às empresas para que assumam uma responsabilidade perante os accionistas e os clientes mas também ante os empregados, os fornecedores, o meio físico e a sociedade em geral (Diego, 2008:12).

A razão do surgimento dessa exigência entre outras, é o crescimento do poder e

influência corporativa em diferentes áreas o que exige uma actuação transparente e responsável, de acordo com o seu papel (Arenas, 2009:16). Outro motivo adicional são as más práticas das empresas que operam em dimensão global e que o mercado não foi capaz de corrigir (Lavín, 2006:15).

Importa referir que os conceitos e discussões em volta da RSC têm sido abordados desde os primórdios da década de 30 do século passado.

O primeiro livro sobre o assunto viu a luz do dia somente em 1953 pelas mãos do Bowen⁹(cf Carroll, 1979:497)¹⁰. Nesta altura a RSC ocupava-se da discriminação das mulheres e das minorias e não existia legislação que regulasse algumas das actividades industriais que resultavam em contaminações ambientais (Urdaneta, 2011:680).

A RSC refere-se “às decisões dos empresários e às acções tomadas que vão além dos interesses económicos (pelo menos parcialmente)” (cf.Carroll, (1979:497). (Lavin, 2006:9) acrescenta que a RSC faz referência a um conjunto de práticas e sistemas empresariais que buscam a sustentabilidade económica, social, meio ambiental e o diálogo entre os grupos de interesse que operam no âmbito de acção de uma empresa com o objectivo de satisfazer a sua procura e expectativas.

Dentro deste conceito, cabem também as práticas relacionadas com a boa gestão e o compromisso com a transparência à sociedade que se faz efectivo através da prestação de contas.

Segundo a União Europeia “as empresas decidem voluntariamente contribuir para a realização de uma sociedade melhor e um meio ambiente mais limpo” (cf. Lavin,

⁹ Bowen, Howard R. (1953) “*Social Responsibility of the Businessman*”, Harper & Row, New York, USA.

¹⁰ Wilkie, Wendell “*Helped educate the businessman to a new sense of social responsibility*” citado por William Leuchtenburg (1964);

2006:9).

Outro elemento de referência quando se aborda a questão da RSC é o limite ou fronteiras, isto é, até qual deve ser o alcance da RSC?

A RSC descansa agora sobre a concepção pluralista ante os denominados grupos de interesse, conceito muito mais amplo que o anterior. Isto é, a empresa é responsável pelas suas actividades e impactos independentemente da área geográfica onde esteja actuando. Em relação à cadeia de valor, a empresa deve ser responsável por todo o processo necessário para a produção do bem-estar ou serviço (Lavin, 2006:15).

Outro aspecto importante a reter é o facto de a RSC *"não ter que ser incompatível com a criação de valor, uma vez que a responsabilidade social empresarial é a preocupação dos negócios pelo bem-estar da sociedade no seu conjunto. Supõe um conjunto de obrigações que estão para além das estabelecidas por lei"* (Urdaneta, 2011:679).

A RSC é, portanto, o conjunto de obrigações legais (nacionais e internacionais) e éticas da empresa que surgem da relação com seus grupos de interesse e do desenvolvimento da sua actividade de que derivam impactos no âmbito social, meio-ambiental, laboral e de direitos humanos num contexto global (Lavín, 2006:16)¹¹.

Toma-se em conta que a RSC é percebida de forma diferente entre as indústrias e de uma empresa à outra uma vez que não há uma norma específica a seguir, os directores e os gerentes pensam de forma diferente quando se trata de condutas socialmente responsáveis. Alguns consideram como uma obrigação, enquanto outros percebem

¹¹ Extracto do documento remitido a secretaria do Foro de Expertos de Responsabilidade Social Empresarial do Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales de Espanha no dia 29 de abril de 2005, rubricado por 13 organizações.

como uma situação reactiva, e incluso alguns consideram que a posição mais apropriada com respeito a RSC deve ser uma conduta proactiva (Urdaneta, 2011:680) citando (Ivancevich et al., 1997).

1.2. Teorias que orientam o trabalho

Aqui apresentamos as teorias que acompanham o trabalho e posteriormente a definição dos conceitos que acompanham a discussão.

Apresentamos a teoria integradora e a teoria funcionalista no intuito de mostrar as relações empresas-Estado-comunidades como sendo de cooperação "forçada" na qual todos os elementos estão interligados e um ponto afectará os demais ao seu redor. E, por outro lado observaremos os aspectos legais que devem ser tidos em conta quando existentes e quando não, que nos ajudarão a entender o comportamento prático das empresas dentro do contexto moçambicano.

1. 2. Teoria Integradora

Esta é uma teoria da Responsabilidade Social das Empresas que procura explicar o porquê das empresas desenvolverem os seus planos de RS em prol do bem social.

Reflecte em torno do desenvolvimento de actividades de RSC como um desejo de integrar diversas demandas sociais. Entre estas demandas destacam-se o cumprimento das leis, políticas públicas e a gestão equilibrada dos interesses particulares dos grupos

de interesse de uma empresa. Os principais pioneiros da teoria são Carroll (1979)¹², Jones (1980)¹³, Vogel (1986)¹⁴ e Wicox (2005)¹⁵. (cf Castillo, 2008:23).

Alguns aspectos comuns na abordagem dos seus pioneiros:

- A definição da RS deve englobar os aspectos que incluam categorias económicas, legais, éticas e discricionais, no sentido de “intenção deliberada” do desempenho do negócio.
- Ao pensar em RSC estabelece-se em si mesmo que as empresas têm uma obrigação com a sociedade ou a comunidade em que se desenvolve além da simples consideração de respeitar os contractos com os investidores ou donos do capital.
- Aspecto económico: os negócios têm o objectivo último de obter lucro, mas as empresas têm a responsabilidade de produzir os bens e os serviços que a sociedade necessita e deste modo obter ganho para os seus donos e accionistas;
- Aspecto legal: as empresas devem cumprir as regras, leis e regulamentos existentes. (cf Castillo 2008:23-26).

A RS visa uma *“forma de autocontrolo que envolve elementos de limitações normativas, incentivos altruístas e o imperativo moral na busca do nirvana social das empresas* (cf Castillo, 2008:26).

¹² CARROLL, Archie B. (1979), “A three-dimensional conceptual model of corporate performance”. *Academy of Management Review*, Vol. 4 No. 4, pp. 497-505.

¹³ Jones, T. (1980). “Corporate Social Responsibility Revisited, Redefined”, *California Management Review*. Berkeley: Spring 1980. Vol. 22, Iss. 3; pg. 59.

¹⁴ Vogel, D. (1986). “The Study of Social Issues in Management: A Critical Appraisal”. *California Management Review*; Winter 86, Vol. 28, Issue 2, p142,p10.

¹⁵ Wilcox, D. (2005). “Responsabilidad social empresarial (RSE), la nueva exigencia global”. *Estudios* 2005, documento de trabajo 13, Universidad Viña del Mar.

Estes autores propõem um comportamento ético não necessariamente legislado e muitas vezes não vai necessariamente a favor dos interesses da empresa a curto prazo. Nestas responsabilidades consideram-se factores como equidade, justiça, imparcialidade, respeito aos direitos dos indivíduos e respeito à comunidade. Por isso utilizavam também uma série de normas sociais que embora não estejam explicitamente destacadas nas leis são normas tácitas que as empresas devem cumprir (Castillo, 2008:23).

1.3. Teoria Funcionalista

A sociologia estruturalista – funcionalista – sistémica de Émile Durkheim (1893 e 1895)¹⁶ é a sociologia da objectivação do social, da coisificação das relações sociais (cf Lopes, s/d:4). A perspectiva funcionalista tomou forma com os sociólogos Auguste Comte e Emile Durkheim, Herbert Spencer¹⁷, tendo em Talcott Parsons¹⁸, Robert Merton¹⁹ e mais recentemente Niklas Luhman²⁰, os seus pioneiros contemporâneos.

O estrutural-funcionalismo é considerado como uma corrente teórica sociológica que compreende o social pela ideia da instituição de sistemas, que podem ser percebidos pelo funcionamento de suas partes, mas de forma interactiva e com vistas à integração do conjunto (cf Cordova, 2007:2).

Segundo Cordova, a principal suposição desta teoria funcionalista é que “*a sociedade é*

¹⁶ **Durkheim**, Émile (1893): *The Division of Labor in Society* (trans Coser, Lewis A). The Free Press: New York.

Durkheim, Émile (1895): *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Librairie Félix Alcan: Paris.

¹⁷ **Spencer**, Herbert (1897): *The Principles of Sociology*. New York B. Appleton: Toronto.

¹⁸ **Parsons**, Talcott (1951): *The Social System*. The Free Press: New York.

¹⁹ **Merton**, Robert K (1957): *Social Theory and Social Structure*. The Free Press: New York.

²⁰ **Luhman**, Niklas (1973): *Ilustração sociológica e outros ensaios* disponível em <http://www.angelfire.com/ar/sociologia/func.html>

um sistema estável, bem integrado, auto-regulador, que perdura porque serve às necessidades básicas das pessoas". Cada parte tem uma *função* particular, que contribui para manter o conjunto. Estas partes são interdependentes, cada uma necessita das outras.

No caso em estudo as empresas precisam do consentimento e “boa-vizinhança” com as comunidades que estão próximas as suas actividades para alcançarem o sucesso.

Para que o organismo sobreviva, as partes têm que trabalhar em harmonia umas com as outras (Cordova, 2007:3). Assim acontece com as sociedades.

A proposta chave na teoria funcionalista pode resumir-se em que cada sociedade está composta de muitas estruturas especializadas. Os funcionalistas sustentam que a sobrevivência depende da cooperação e que a cooperação depende do consenso sobre os valores fundamentais e as regras de conduta.

Durkheim avança ainda um pressuposto sobre a integração que em muito servirá ao nosso trabalho uma vez que quando fala dos indivíduos e as suas relações estas podem ser transportadas às instituições em análise (empresas, comunidade e Estado).

“Há particularmente dois tipos fundamentais de integração: a solidariedade mecânica, baseada na semelhança, e a solidariedade orgânica, baseada na diferenciação. Esta última - cada um exerce uma função própria, numa sociedade que resulta no concurso necessário entre indivíduos diferentes” (Aron, 2000:335).

A solução do problema social está na reconstituição dos grupos profissionais, as corporações (...) pois serão dotados da autoridade social e moral necessária para restabelecer a disciplina.

Cap.2. O Regime Internacional da abordagem da Responsabilidade Social Corporativa

As actividades das multinacionais criam uma série de impactos múltiplos não somente na esfera económica mas também em outras esferas como a política, social, laboral, ambiental, cultural etc. (Pozas, 2012:26). Deste modo, existem actualmente muitas iniciativas internacionais para colmatar e exigir melhor comportamento das empresas e dos impacto das suas actividades para a sociedade e o meio ambiente. Algumas iniciativas criam ligações entre o governo, as empresas transnacionais e a sociedade civil para que trabalhem conjuntamente com o fim de fomentar a abertura e uma gestão transparente dos lucros da exploração de recursos naturais²¹, como é o caso do *Publish What You Pay* (PWP), *Extrative Industries Transparency Initiative* (EITI). Estas entidades lutam pela transparência das receitas no sector extractivo com o fim de evitar a corrupção e a má gestão dos benefícios que devem ir às comunidades²². Outras iniciativas são de cariz político para que o empresariado alinhe suas actividades e operações com os princípios universais em áreas como os direitos humanos, trabalho, meio-ambiente e anticorrupção²³; é o caso da *United Nations Global Impact*, *Global Reporting Initiative* (GRI), *International Organization for Standardization* (ISO), *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE), entre outras.

²¹ Disponível em <http://eiti.org/eiti>

²² Disponível em <http://www.publishwhatyoupay.org/pt/about/objectives/objectivos>

²³ Disponível em <https://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>

Vejam os alguns exemplos. A ONU lançou os “Guiding Principles on Business and Human Rights²⁴” em 2011, o ISO em 2010 publicou o ISO 26000 “Guidance on social responsibility”, a OIT em 1977 publica a sua “Tripartite declaration of principles concerning multinational enterprises and social policy²⁵”, e a OCDE lançou em 1976 a primeira de várias edições das “Guidelines for International Enterprises” (a última é datada de 2011)²⁶.

Em comum estas organizações estabelecem recomendações internacionais que são instrumentos que seguem princípios gerais como o “*pacta sunt servanda*” - do livre consentimento- e da boa vontade dos participantes para que por sua vez possam criar documentos, estratégias, políticas e instrumentos para facilitar o comércio, difusão de informações, avanços tecnológicos e partilha de boas práticas de gestão que quando aceites e implementadas em conformidade, podem reduzir os impactos negativos das actividades das empresas. (ISO, 2010:2) e criar uma maior aceitação pelas comunidades.

O Pacto Mundial das Nações Unidas criada em 2000 que é uma iniciativa para promover o desenvolvimento sustentável e boa cidadania corporativa, o qual incorpora princípios universalmente aceites, que foram assumidos por uma rede de empresas transnacionais (10000) e outras partes interessadas (145 Estados) e ONG, é um exemplo do que se afirma no parágrafo anterior. Este Pacto é uma iniciativa voluntária que conta com 10 princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à

²⁴Disponível em https://www.unglobalcompact.org/issues/human_rights/the_un_srsg_and_the_un_global_compact.html

²⁵ Disponível em http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_094386/lang--en/index.htm

²⁶ Disponível em <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/oecdguidelinesformultinationaleenterprises.htm>

corrupção²⁷. O Pacto por sua vez baseia-se em outros instrumentos internacionais como a Declaração da Organização do Trabalho, Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (*ibid*). Pode-se ver que se trata de um “pedido” às empresas para que aceitem, apoiem e apliquem dentro da sua esfera de influência o conjunto de valores fundamentais nas áreas acima mencionadas.

As empresas adoptam e incorporam de forma voluntária estes princípios nas suas actividades abrangendo toda a sua cadeia de valores.

As organizações internacionais preocupadas com os impactos das actividades económicas e governamentais, fornecem ferramentas práticas para que as empresas e os Estados possam fazer frente aos problemas sociais, económicos e ambientais.

Existe uma corrente de pensamento que tem considerado os objectivos económicos e sociais incompatíveis. Entretanto alguns reagem afirmando que *“é óbvio que os programas de RSC a curto prazo podem gerar diminuições de lucros dado o investimento em projectos de melhoria comunitária, mas o alargamento da visão empresarial permite a entidades transnacionais sólidas abandonarem o curto prazo e focalizarem-se em ganhos a longo prazo. É no futuro que os “custos” na RSC se transformam em verdadeiros investimentos. E, independentemente, da sua natureza optativa, cada dia ser-se responsável é mais imprescindível para assegurar a durabilidade da empresa* (Urdaneta, 2011:678).

Apesar de todo esse esforço, estes instrumentos internacionais não são juridicamente vinculativos. Servem somente como instrumentos para monitorizar e controlar o comportamento empresarial, sendo normativas, sistema de gestão ou código de conduta.

²⁷ Dispível em https://www.unglobalcompact.org/howtoparticipate/Business_Participation/

Estes “acordos”, “pactos”, “princípios”, “instrumentos”, “tratados” não servem para cobrar responsabilidades das empresas, nem para exigir determinado comportamento por parte delas. Os instrumentos servem (muitas vezes) para dar a conhecer aos consumidores, clientes e accionistas do comportamento de determinada empresa e daqui surgem impactos económicos negativos para a empresa que podem ser a perda da boa imagem, de clientes e conseqüentemente baixa de lucros (que é a razão e motivação principal para a existência das empresas). Pode-se, então, pela pressão da sociedade civil, influência dos meios de comunicação e pressão das organizações internacionais, conseguir-se que as empresas tenham um comportamento mais responsável e uma gestão com cara “humana”.

Cap.3. A Indústria Extractiva e a Responsabilidade Social em Moçambique

O efeito dos recursos naturais sobre a economia é um tema bastante discutido na literatura económica e pode-se afirmar que os consensos são frágeis. *O principal desafio da gestão da política económica em países dotados de recursos naturais é a prevenção da possibilidade de ocorrência da chamada “maldição dos recursos”²⁸*. (Gove, 2012:3).

3.1. A indústria extractiva em Moçambique

A economia moçambicana tem sido dominada pelo Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nos últimos anos e em grande parte destinado ao sector minero-energético. Os empreendimentos desse sector, que no geral têm recebido investimentos iniciais não inferiores a 500.000 dólares americanos são definidos como mega projectos. (Mosca, 2011:15).

A questão prende-se com a esperada dimensão da próxima expansão produtiva e o seu impacto sobre a economia. Estimativas recentes do FMI – realizadas antes das grandes descobertas de gás natural pelas empresas Anadarko Petroleum e ENI em 2010– apontaram para um aumento de 50% nas actividades da Sasol (gás natural) e o início da

²⁸ Conhecida também como "Doença Holandesa", descreve uma situação de redução no desempenho das exportações de um país como resultado de uma apreciação da taxa de câmbio após a descoberta de um recurso natural valioso. A "maldição dos recursos" é uma falha de mercado, associada a corrupção ou *rent seeking* que a abundância desses recursos proporciona em países dotados de uma sociedade atrasada e de instituições fracas". (Bresser-Pereira, 2007, p. 7)

O conceito surge pela primeira vez em 1977 num artigo no *The Economist* que abordava o impacto da descoberta do gás natural no Nort Sea para a economia da Holanda (Barder, 2006, p. 4)

produção de carvão pelas empresas Vale e Rio Tinto atingindo plena capacidade até 2020, o que projecta um pico de crescimento gerado pelos mega-projectos no PIB moçambicano dos actuais 8-10% para cerca de 18-20%, entre 2016-2020.

Somando-se a estas estimativa as descobertas de gás natural da Anadarko e ENI, o peso dos mega-projectos no PIB de Moçambique poderá aumentar para cerca de 40-50%. Esta previsão parte do pressuposto de que o valor das descobertas é de cerca de 400 mil milhões de dólares americanos durante as próximas quatro décadas, com exportações de 10 mil milhões de dólares americanos por ano e que as empresas de extracção retêm uma participação de 50% do capital a investir. A concretizar-se tal pressuposto, as receitas de Moçambique seriam de aproximadamente 5 mil milhões de dólares americanos ao ano, provenientes dos mega-projectos do gás, facto que acrescentaria outros 20% ao PIB projectado pelo FMI, no ano 2020 (Biggs, 2012:iii).

Mais um dado importante a reter é *a pontuação de Moçambique quanto à qualidade institucional que é relativamente pobre em quase todas as categorias de governação, indicando, de modo geral, uma substancial fraqueza institucional* (Biggs, 2012:43), a qual mesmo *após vários anos de consolidação da paz e de reformas institucionais e macroeconómicas, com impacto na melhoria do ambiente de negócios e do clima de investimento, está aquém do esperado* (Gove, 2012:5).

Entre 2009 a 2012 a Anadarko (EUA) e a ENI (Itália), anunciaram descobertas de 33 e 38 triliões de pés cúbicos de gás natural recuperável ao largo da costa da Bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado. As prospecções recentes sugerem que a Bacia poderá conter mais de 200 triliões de pés cúbicos de gás natural recuperável. Duas outras empresas, a Statoil (Noruega) e a Petronas (Malásia), detêm licenças a sul das áreas da Anadarko e ENI e estão na fase final de pesquisa.

É no entanto do conhecimento geral que a abundância de recursos não conduz inevitavelmente ao sucesso económico. Muitos países têm alcançado padrões de vida elevados e sustentados, embora não tenham praticamente quaisquer recursos exportáveis, ao passo que muitos países ricos em petróleo e gás, minerais e pedras preciosas, continuam a ter baixos níveis de rendimento *per capita* e, em geral, um fraco desempenho económico (Biggs, 2012:2). Esta é uma preocupação entre os académicos, ONG, comunidades e sociedade civil moçambicana. A questão que se levanta é como fazer o melhor uso dos abundantes recursos disponíveis.

Apesar da ocorrência dos recursos citados, paradoxalmente as províncias onde se registam maior ocorrência, reportam também elevados índices de pobreza com um desenvolvimento industrial incipiente e a quase inexistência de infraestruturas básicas. Como exemplo, em Cabo Delgado a principal actividade económica, em particular no distrito de Palma (próximo a bacia do Rovuma onde são feitas as pesquisas de gás natural), continua a ser a agricultura de subsistência, seguida pela pesca artesanal²⁹.

Um dos princípios orientadores do Plano Director do Gás Natural realça *que “os maiores ganhos de emprego viriam do desenvolvimento centrado nas proximidades de Palma”*(2014:36). Contudo, Cabo Delgado necessita urgentemente de programas com vista a estimular o desenvolvimento, uma vez que é também uma das zonas menos desenvolvidas do país.

Outro dado a reter remete-nos a falta de transparência dos benefícios em espécie recebidos pelo Estado. *“A sociedade não tem informação sobre a gestão e o destino que é dado aos pagamentos feitos ao Governo”* (Selemane, 2011:1), facto que preocupa as comunidades locais, sociedade civil e as ONG. Estas últimas alegam que o Estado deve considerar que os recursos naturais são do Estado e, por inerência, dos cidadãos.

²⁹ Plano Director do Gás Natural (2014), aprovado na 16ª sessão do Conselho de Ministros.

As ONG e sociedade civil sugerem a necessidade urgente de publicar os contratos rubricados entre o governo e as companhias como forma de perceber os termos, condições e responsabilidades mútuas que se aplicam a projectos de pesquisa e exploração de recursos naturais, (*ibid*) com o fim último de apurar responsabilidades, caso haja necessidade.

Várias são, então, as consequências destes grandes investimentos numa economia em desenvolvimento. Indicam-se aqui apenas as mais importantes para o caso em estudo:

- Procura e concessão de grandes áreas de terras, sem consideração pelos direitos dos pequenos produtores e comunidades rurais nem indemnizações adequadas, e reassentamentos populacionais sem atender aos direitos dos cidadãos;
- Efeitos ambientais não controlados e não estudados mas que certamente necessitam ser considerados e monitorados;
- Debilidades do Estado para permitir negociações com semelhança de conhecimento e informação, de forma a assegurar algum equilíbrio na capacidade negocial entre as partes. Este ponto traz as seguintes implicações: benefícios fiscais e aduaneiros extremamente vantajosos para as empresas investidoras; excepcionalidades legais; e, défice na capacidade de fiscalização das actividades, volumes de produção e receitas das multinacionais;
- Transparência e corrupção: em Moçambique o sinal mais evidente da falta de transparência é a não divulgação dos contratos entre o governo e as mineradoras. Os problemas relacionados com a corrupção e a falta de transparência têm sido sistematicamente referidos pela imprensa, organizações da sociedade civil e por organizações externas. Em consequência dessas pressões, Moçambique aderiu à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) com a finalidade de

publicar todos os pagamentos feitos pelas empresas que operam no sector e todos os recebimentos que entidades governamentais recebem a vários níveis (central, provincial, distrital) (Mosca, 2013:7);

- O reassentamento das comunidades para dar lugar à implantação de grandes projectos extractivos tem sido a face mais visível, mais problemática e a que mais se faz sentir nas populações residentes nas áreas onde esses projectos se localizam.
- Dados do Banco de Moçambique mostram que em média apenas entre 3% e 5% dos lucros do capital privado internacional são reinvestidos em Moçambique, e que milhões de dólares são repatriados (para fora da economia nacional) todos os anos (*ibid*).

As vozes apontam para a necessidade de uma maior transparência e Responsabilidade Social das empresas extractivas. Cabe referir que a RSC em Moçambique ainda se encontra em fase embrionária, onde os consensos são frágeis e a implementação de políticas também. As primeiras evidências a curto prazo (Tete, Matola, Palma e Mocímboa da Praia), revelam sinais não apenas do empobrecimento da população vizinha dos grandes projectos, como da economia de Moçambique. (Mosca, 2013:26).

As empresas extractivas constroem casas, centros de saúde e escolas. Algumas contribuem na construção da estrada entre a zona do reassentamento e a estrada mais próxima. Abrem poços de água. Entendem estas e outras obras como parte do que “elas” designam por responsabilidade social corporativa. *"Argumentam que possuem centros e acompanhamento médico e refeitórios. Porém estas acções devem ser compreendidas*

como vantajosas para as empresas como meio de evitar maiores índices de absentismo, maior produtividade, mais controlo/fidelização sobre os operários e técnicos" (ibid).

Observa-se que a responsabilidade das empresas não está a ser tomada em consideração. E também não existe capacidade, vontade ou transparência que permitam ao Estado ter intervenções prudentes e benéficas para os cidadãos em questões relacionadas com o ambiente, a transparência, e os conflitos laborais. Os reassentamentos indicam claramente que as empresas extractivas não assumem a sua RSC e o Estado não faz cumprir a legislação para o efeito. As autoridades reagem negativamente às observações da sociedade civil e das comunidades, demonstrando pouca abertura e espírito democrático (*ibid:26*).

3.2. As Normas e Políticas Nacionais na Materialização da RSC em Moçambique

A influência externa em Moçambique foi historicamente muito importante. O colonialismo português, a lógica da Guerra Fria e a alta dependência dos fundos de ajuda oficial da cooperação internacional são reflexo do peso dos actores externos nas estratégias de desenvolvimento do país nas últimas décadas.

Recentemente a influência exterior chega pela mão do repentino auge da economia vinculada à exploração dos recursos naturais e da consequente entrada de capital privado estrangeiro das grandes empresas multinacionais (Alberdi, 2014:19).

Moçambique é um país dotado de recursos naturais inexplorados que representam uma oportunidade para o desenvolvimento.

O desafio é desenvolver um enquadramento político que seja atraente para os investidores e que ao mesmo tempo garanta benefícios para as comunidades locais, bem

como para o país como um todo e dentro de um contexto de políticas governamentais e estratégias de desenvolvimento mais alargadas.

Existem actualmente em Moçambique políticas, estratégias e planos aprovados para implementação na área do sector extractivo. Para efeitos do trabalho somente mencionamos os seguintes:

- **A Estratégia dos Recursos Minerais**, aprovada em Dezembro de 2013 - além de contribuir para enfatizar que os recursos naturais são um activo para a contribuição do desenvolvimento económico, social e cultural, reafirma a pertença dos recursos minerais a Moçambique e os moçambicanos os seus beneficiários de direito.
- **Plano Director do Gás Natural**, aprovada em Junho de 2014 - serve de instrumento orientador das práticas nacionais de uso do gás natural para que dele se tirem as maiores vantagens para Moçambique e á sua população.
- **Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais**, aprovada em Junho de 2014 - o governo de Moçambique reafirmando o seu papel de regulador e promotor do desenvolvimento económico e social através desta política pretende assegurar que a transformação económica pela exploração dos recursos beneficie os moçambicanos a longo prazo.

O debate acerca da responsabilidade social centra-se em saber, ou definir (legislar), em cada caso, os limites do papel das empresas, do Estado e das comunidades, sabendo que as primeiras têm a responsabilidades de restituir as condições ambientais e ecológicas (caso a exploração produza externalidades ambientais negativas), assegurar a

continuidade dos processos produtivos económicos e sociais encontrados, indemnizar pelos danos causados e perdas de condição económica e social presente e futura, estabelecer relações com o tecido económico e social que assegure estabilidade para o exercício das suas funções. (Mosca, 2013:19).

3.3. Modelo da Responsabilidade Social das Empresas Extractivas em Moçambique: Características gerais e seus contornos

O tema responsabilidade social empresarial ganhou visibilidade e forte apelo na sociedade diante das expectativas quanto forma de actuação das empresas em relação aos direitos humanos, relações trabalhistas e ao meio ambiente (Scherer, 2013:2), e em Moçambique não é excepção. As empresas actualmente abraçam e implementam uma estratégia voltada à RSC incorporada nas suas actividades principais, embora de forma esporádica e pontual. As actividades de RSC são reportadas semestralmente ou anualmente, variando de empresa a empresa.

Segundo o The Africa Mining Vision, *“Um sector de mineração transparente e inclusivo que seja ambiental e socialmente responsável, que forneça benefícios duradouros para a comunidade e busque uma visão integrada dos direitos das diversas partes interessadas, é essencial para lidar com os impactos adversos do setor de mineração e, com isso, evitar conflitos induzidos pela exploração mineral”*. Avança ainda que *“a participação do público na avaliação dos impactos ambientais e sociais é importante para enfrentar estes desafios”*. (cf, UNECA, 2011:45).

No caso das empresas extrativas que operam em Moçambique, na tentativa de fazer face aos impactos negativos “próprios” das suas actividades e conseguir um reconhecimento

e abertura por parte das comunidades, enveredam por acções que intitulam de RSC. Estas actividades ajudam a prevenir e gerir conflitos futuros.

Abaixo exemplificamos as estratégias de RSC de 3 empresas extrativas que estão distribuídas em 3 zonas do país Norte, Centro e Sul respectivamente e que até a data são as que têm maiores investimentos no país:

ANADARKO Moçambique Área 1³⁰ - empresa norte americana detentora de um contrato de concessão para Exploração e Produção, que confere direitos exclusivos na Bacia do Rovuma numa área estimada de 100km a Norte de Cabo Delgado e estende-se até a fronteira nacional com a Tanzânia. Nos seus relatórios de RSC afirmam que o seu *sucesso comercial está ligado à gestão adequada da sua relação com o ambiente, o bem estar dos seus vizinhos e a segurança das pessoas.*

A RSC levada a cabo pela ANADARKO em Moçambique em linhas gerais são projectos levados a cabo nas seguintes grandes áreas:

Educação - financiamento de programas universitários de licenciatura em Engenharia Petrolífera apoiando estudantes moçambicanos através de uma parceria com a maior universidade do país (Universidade Eduardo Mondlane);

Gestão ambiental e social - oferece apoio financeiro e oportunidades para melhorar a vida e os meios de subsistência das comunidades directamente afectadas pelo projecto. Apoiam também na manutenção e monitoria dos ecossistemas na região especificamente

³⁰ “Anadarko em Moçambique: nossos valores em acção”, Anadarko.

nas áreas sobre influências directa ou indirecta do projecto através do financiamento de projectos locais via ONG internacionais ou grupos de associações locais.

Emprego - construção de Centro de Formação no “Península de Afungi” no Distrito de Palma, onde será a futura localização do parque Gás Natural Liquefeito. Jovens e adultos das comunidades locais são formados em saúde, segurança e habilidades essenciais, no local de trabalho. Estes formandos posteriormente participam de estágios e têm trabalho na empresa.

Saúde - Através de parcerias com ONG internacionais financiam programas de formação de técnicos de saúde materno-infantil moçambicanos. Doam ambulância aos hospitais próximos as comunidades do projecto. E fazem também outras contribuições pontuais às ONG que trabalham na área de saúde.

VALE Moçambique Lda³¹ - empresa brasileira com um contrato de concessão de 23780h de terra na Província central de Tete no distrito de Moatize. A área concedida estava habitada por cerca de 1313 famílias que foram reassentadas pela empresa num processo que culminou num conflito ainda por resolver.

As áreas a que a empresa dedica a RSC são as seguintes:

Gestão Ambiental e Social - financiamento à geração de renda nas comunidades próximas ao projecto para uma melhoria dos seus meios de subsistência. Apoio a

³¹ “Relatório de Sustentabilidade Vale – 2012” e “Retrospectiva Vale 2013”, documentos enviado pela Vale a 14.04.2014 por email.

associações locais e ONG em agronegócios, reabilitação dos jardins e parques públicos além de doação de bicicletas às populações locais fazem parte dos seus feitos.

Educação e Formação Técnico Profissional - financiamento a jovens moçambicanos em cursos de carpintaria, construção civil entre outros. Programas de estágios profissionais dentro da empresa. Financiamento a reabilitação de escolas secundárias nas províncias onde operam (Beira, Nampula e Tete).

Saúde - Apoio financeiro ao governo provincial e distrital para fazer face aos problemas derivados de cólera e cheias. Doação de ambulâncias para centros de saúde próximos. Construção de centros e acompanhamento médico nas minas e refeitórios.

SASOL³² - petrolífera Sul-africana que detém actualmente quatro campos de gás em Pande, Temane, Buzi e Inhassoro a sul de Moçambique, sendo os dois primeiros explorados em parceria com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.

A RSC desta empresa passa pelas seguintes áreas:

Saúde - apoio aos programas comunitários de prevenção e tratamento de doenças como a malária, a cólera, o HIV/SIDA através de parcerias com ONG ligadas a saúde e direcções provinciais de saúde. O alargamento de cuidados materno-infantil através da ampliação da maternidade próxima a comunidade onde se implementa o projecto é outro mecanismo usado.

³² A Sasol em Moçambique 2013, Sasol.

Educação - Programas de bolsas de estudo, reabilitação de escolas e centros desportivos, doações de computadores e materiais escolares.

Apoio comunitário - financiamento de projectos de criação de renda e melhoria de meios de subsistência das comunidades locais.

3.4. O caso prático da RSC à prova em Moçambique

Como se pode notar, as grandes áreas de actuação e os procedimentos entre as empresas extrativas em Moçambique são similares e em comum também deixam sempre claro nos seus informes que possuem centros e acompanhamento médico nas minas e refeitórios para os seus funcionários. Porém estas acções não podem ser vistas como RSC e como afirma Mosca (2013:19) *“estas acções devem ser compreendidas como vantajosas para as empresas como meio de evitar maiores índices de absentismo, maior produtividade, mais controlo/fidelização sobre os operários e técnicos”*.

Selemane observa ainda dados omissos nos relatórios das empresas *“... a informação sobre o impacto sócio-cultural, económico e ambiental pós implementação dos projectos, sustentabilidade da sua manutenção, deixando apenas implícita a sua principal motivação ao investir nele: as empresas procuram evitar situações de conflituosidade com a comunidade em que ela se encontra inserida”* (Selemane, 2008:38).

Fica claro que as empresas definem e delimitam a RSC em termos de projectos sociais.

Mosca (2013:19) a este respeito relembra que *“as empresas [extractivas] estão no negócio para terem lucro e não para fazer projectos sociais”*. Nesta linha, Castel-Branco acrescenta que *“a maioria das infra-estruturas criadas (escolas, centros de*

saúde, estradas, bairros residenciais, meios sanitários, etc.) são entregues ao Estado para utilização social, por serem adequadas à prestação de serviços públicos. O orçamento do Estado é então posto sob pressão para financiar o professor, o médico, o enfermeiro, os livros, os medicamentos, a manutenção da estrada criados pelas empresas. Sem a intervenção do Estado, essas infra-estruturas não operam”.

E, Mosca (2013:18) corroborando afirma que em termos de princípio, *“é discutível se devem ser as empresas multinacionais a construir essas infra-estruturas ou se isso é função do Estado alocando parte das receitas dos impostos das empresas para benefícios das comunidades directamente afectadas ou das verbas que legalmente estão estabelecidas reverterem para as comunidades”.*

Aparentemente os projectos ajudam a comunidade, mas põem pressões insustentáveis sobre as capacidades financeiras do Estado para manter e explorar devidamente estas capacidades (Castel-Branco, 2008:9). Isto leva à crença de que a RSC das empresas extrativas em Moçambique conforme Selemene (2008:7) sublinha *“são acções esporádicas e de marketing social (para a promoção da imagem da empresa e com benefícios insustentáveis e de curto prazo)”.*

Um dos pontos que importa assinalar é que existe mais responsabilidade social externa do que interna devido à sua grande preocupação em projectar uma boa imagem, reclamar reputação junto do público e evitar relações de conflituosidade com as populações que moram nas cercanias dos seus empreendimentos (*ibid*).

Ainda a respeito dos exemplos acima referidos e reflectindo a propósito da Política da Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extrativa de Recursos Minerais o aqui afirma-se que os recursos minerais devem levar ao desenvolvimento sócio-económico, através da *“edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem estar material, espiritual e de qualidade de vida para os cidadãos”* moçambicanos.

Para o Estado, a RSE é definida segundo o ISO2006, isto é, “*a RSE é a responsabilidade de uma organização pelos impactos das suas decisões e actividades na sociedade e no meio ambiente através de um comportamento transparente e ético*”.

Selemane acrescenta à definição que a Responsabilidade Social Empresarial é uma actividade que deve ser sempre vista em dois níveis “*i) no nível interno, dizendo respeito ao relacionamento entre a entidade patronal e os colaboradores da empresa nas suas diversas vertentes; e ii) no nível externo, nas acções da empresa para o benefício da sociedade em que ela está inserida. Uma empresa socialmente responsável é aquela que concilia os dois níveis de RSE. A RSE interna e externa são como duas faces duma mesma moeda*” (Selemane, 2008:7).

Ante estas definições e a realidade dos exemplos trazidos é importante avaliar os papéis de cada interveniente, nomeadamente do Estado como regulador, das Empresas como responsáveis de levar a cabo a RSC, das ONG como observadoras ou implementadoras (nalguns casos) e como monitoras (em outros casos), e da sociedade como os destinatários e beneficiários últimos.

Mosca (2013:19) refere que *não existe capacidade, vontade ou transparência* que permitam ao Estado ter intervenções prudentes e benéficas para os cidadãos em questões relacionadas com o ambiente, a transparência, os conflitos laborais.

Esta constatação remete-nos para o facto da Política da RS em vigor desde Junho não estabelecer em nenhum dos seus artigos alguma punição ou sanção caso as Empresas não tenham uma estratégia interna de RSC ou no caso de existir que não a cumpram. A Política da RS passa a ideia de que a RSC é uma escolha voluntária, um acto de benevolência, solidariedade por parte das empresas. E pode avançar-se que isto seja devido às assimetrias dos poderes negociais entre as multinacionais, Estado e destes com as comunidades (Mosca, 2012:234). A propósito dessa constatação Mosca

(2013:18) afirma que *“de uma perspectiva empresarial a RSE, quando efectivamente aplicada, permite que a empresa extractiva opere sem interrupções e desfrute de uma melhor reputação nos círculos governamentais e perante o público investidor”*. Ainda que sejam acções pontuais, esporádicas e sem estratégias de longa duração (como as que observamos).

Do lado do governo, quando se observam conflitos entre o Estado (do lado das empresas) e as populações e que levam ao surgimento de instabilidade social e animosidade entre as empresas multinacionais e as populações, existe a possibilidade de ocorrência da perda de credibilidade do Estado principalmente quando existe uma incapacidade de soluções acordadas e/ou respeitadas (Selemane, 2012:236), como observa-se na província de Tete com a mineradora VALE.

Outro dos problemas difíceis de resolver é a relação *“de promiscuidade entre a política e os negócios”* (Mosca, 2012: 252) que levam à exclusão das forças sociais e económicas internas tornando-se numa acção perigosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Um dos pontos levantados no trabalho é que *“os recursos explorados pelos mega-projectos não são renováveis. Portanto, é preciso encontrar substitutos para estes recursos quando eles se esgotarem”* (Castel-Branco, 2008:13).

Arrolados os problemas que advém das externalidades negativas das actividades das empresas extractivas expostos no capítulo 3, pode-se responder à questão que iniciou o estudo referindo que a RSC em Moçambique tem tido um contributo pontual e de curta duração. Nalguns casos como o de Tete pode levar a situações de conflitos entre as empresas e as comunidades quando o diálogo e a comunicação por parte das empresas é “defeituosa”. Esta constatação pode ser estendida para as demais empresas como a ANADARKO em Palma, onde se observa um descontentamento por parte dos locais. E posteriormente com a ENI e o plano de reassentamento das comunidades que conta com pouca base comunitária.

Um dado a reter em relação aos conflitos é a existência de uma diferença entre “informar” e “consultar”. A consulta pressupõe um diálogo onde as partes interagem de maneira sistemática e estreita. As empresas partem do pressuposto sobre as necessidades das comunidades e desenham e implementam à revelia os seus planos de RSC sem tomar em conta a vontade dos beneficiários e grupo alvo. Esta situação leva a que afirmemos a necessidade da RSC em Moçambique ser um processo participativo que responda de facto aos problemas dos moçambicanos, especialmente daqueles que encontram-se nas zonas próximas a extração dos recursos que são os primeiros afectados.

Note que a RSC não deve tomada como um substituto das obrigações legais das empresas para com o Estado, nem com o intuito de conseguir simpatizantes.

Com as hipóteses de partida que foram analisadas no capítulo 3 percebe-se que as empresas têm o entendimento de que devem criar planos de RSC mas os mesmos não são um garante do compromisso com o desenvolvimento se assumirmos o desenvolvimento e os objectivos da actuação das empresas apresentadas no capítulo 2.

Confirma-se então a segunda hipótese em que afirma-se que as parcerias governo-empresas têm contribuído para o empoderamento económico e desenvolvimento das comunidades locais, embora seja um empoderamento de curta-duração. De facto este empoderamento contribui muito para a melhoria da imagem da empresa tanto a nível nacional como internacional.

No plano internacional as iniciativas e campanhas apresentadas como exemplo demonstram a importância em seguir de perto a actuação das empresas transnacionais e seus planos de RSC que se implementados segundo as directrizes podem conduzir a um desenvolvimento sustentável e inclusivo (que a data não se observa em Moçambique).

A nível nacional a legislação ainda é pobre e fraca o que culmina com as práticas de uma RSC insípida e sem resultados duradouros, como avança o capítulo 3. É necessário que haja uma legislação mais severa para redefinir e contribuir para um maior empenho por parte das empresas. E o Estado como regulador das relações empresa-comunidades não perdendo de vista o seu papel.

É necessário estar sempre ciente que no que concerne a RSC é mais fácil de se adoptar intelectualmente do que aplicá-la empiricamente pois há riscos de que desenvolvam-se actividades difusas sem solucionar os problemas locais (castilho, 2008:26) e criando conflitos de difícil resolução.

"Criar um mundo ambiental e socialmente sustentável é nos dias que correm o grande projecto da humanidade" (Arenas, 2009:9) e em Moçambique este pensamento começa a estar generalizado. Estando cientes de que a Responsabilidade Social Corporativa joga um papel importante neste sentido. Se implementada correctamente e a longo prazo pode conduzir ao equilíbrio ambiental, social e contribuir para a satisfação das necessidades e aspirações das comunidades que se vêm afectadas pelos impactos negativos das actividades das empresas.

Referências bibliográficas

- (Director), M. d. L. F. L., 2006. Responsabilidad Social: Matices Conceptuales. En: *Responsabilidad social empresarial*. Bilbao: Revista de Relaciones Laborales -Lan Harremanak, pp. 9-20.
- Africa, U. N. E. C. F., 2011. *Minerals and Africa's Development: The International Study Group Report on Africa's Minerals Regimes*, Adis Abeba: UNECA.
- al, J. M. e., 2012. *Mega-projectos no Meio Rural, Desenvolvimento, Território e Pobreza: o caso de Tete*, Maputo: IESE.
- Arenas, D., 2009. *Relaciones empresariales con comunidades locales y ONG: Comunicacion, Diálogo y Participación*. 1ª ed. Barcelona: Universidad Ramón Llull.
- Barder, O., 2006. *A Policy Makers' Guide To Dutch Disease: What is dutch disease, and is it a problem?*, Disponível em <http://www-3.unipv.it/webdept/dutch.pdf>: Center For Global Development.
- Biggs, T., 2012. *Explosão Emergente de Recursos Naturais em Moçambique: Expectativas, Vulnerabilidade e Políticas para uma Gestão de Sucesso*. 1ª ed. Maputo: CTA e USAID Disponível em <http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2012/08/2012-SPEED-Report-009-Mozambiques-Coming-Natural-Resource-Boom-PT.pdf>.
- Bresser-Pereira, L. C., 2007. Doença Holandesa e sua neutralização: Uma abordagem Ricardiana.. *Revista de Economia Política*, 1(28), pp. 47-71.
- Carroll, A. B., 1979. A Three Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*, IV(4), pp. 497-505.
- Carvalho, C. A. S. e. I. C., 2001. ONGS no Brasil: Elementos para uma narrativa polític. *Revista Humanas*.
- CASTELO-BRANCO, C. N., 2008. *Os Mega projectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional?*, Maputo: Forúm da Sociedade Civil Sobre a Indústria Extrativa.
- Castilho, C. C. d., 2008. *Responsabilidad Social Empresarial*. 1ª ed. Santiago: Facultad de Economía y Negocios de Chile.
- Chilengue, B. J., 2013. *O Papel do Ministério dos Recursos Minerais na Gestão dos Recursos Minerais*. Maputo, Direcção de Planificação e Desenvolvimento.
- Comas, J. M., 2013. *Empresas transnacionales, Estados-nación y democracia. Transformaciones de las relaciones de poder en la globalización neo-liberal*. 1ª ed. Bilbao: Hegoa.
- Feáns, A. Á., 2008. *Las empresas transnacionales en la globalización*. Asociación Paz con Dignidad - Observatório de las Multinacionales en América Latina ed. Madrid: Disponível em http://omal.info/IMG/article_PDF/Las-empresas-transnacionales-en-la_a736.pdf.
- Gil, A. C., 2008. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*". 6ª ed. São Paulo: Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>.

- Gonçalves, A., s/d. *A Legitimidade na Governança Global*. Santos - Brasil: Disponível em http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_alcindo_goncalves.pdf.
- Gove, E., 2012. *Os Desafios da Política Monetária no Contexto da Exploração de Recursos Naturais - O Caso de Moçambique*, Lisboa: Banco de Moçambique.
- Lewis, D., 2009. *Nongovernmental Organization: Definition and History*. s.l.:Disponível em <http://personal.lse.ac.uk/lewisd/images/encylciv%20societyngos2009-dl.pdf>.
- Martínez, A. M. d. D. e. C. V., 2008. *mpresas y ONG en el marco de la responsabilidad social de la empresa: un análisis empírico de su relación en la esfera privada*, Madrid: Cuadernos de CC.EE y EE.
- Mary Urdaneta, A. C. e. a., 2011. La Responsabilidad Social: nuevo enfoque gerencial en las empresas mixtas del sector petrolero del Estado Zulia, Venezuela. *Revista de Ciencias Sociales*, 17(4), pp. 666-691.
- Mosca, J., 2011. *El Dorado Tete: Os megaprojectos de mineração*, Maputo: CIP.
- Mosca, J., 2013. *Grandes Projectos e a Segurança Alimentar em Moçambique*, Maputo: IESE.
- Mosca, J., 2013. *Grandes Projectos e Reprodução da Pobreza em Moçambique*, Lisboa: CESA - ISEG/UTL.
- Pozas, L. M. U., 2012. *Las multinacionales en el siglo XXI: Impactos Múltiples. El caso de Iberdrola en México y en Brasil*, Bilbao: Plataforma 2015 y más.
- Ramiro, P., 2012. *Alianzas público-privadas para el desarrollo: RSC y relaciones ONG-empresas (Public-private alliances for development: CSR and business-NGOs relationships)*. s.l.:Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2083467.
- Rist, G., 2007. *Development as a Buzzword*. Geneve: Disponível em <http://www.wcl.american.edu/humright/hracademy/documents/Class1-Reading2DevelopmentasaBuzzword.pdf>.
- Rodrigues, W. C., 2007. *Metodologia Científica*. Paracambi - Brasil: Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf.
- Seers, D., 1979. What are we trying to measure?. *The journal of development studies*, 8(1), pp. 21-36.
- Selemane, T., 2008. *A responsabilidade social empresarial dos Mega-projectos em Moçambique: O caso do mega-projecto da SASOL*. Maputo: ISUTC.
- Selemane, T., 2009. *Responsabilidade Social Empresarial dos Mega-projectos em Moçambique: o caso do mega-projecto da Sasol.*. Maputo: ISUTC.
- Sousa, F. d., 2005. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE.
- Standardization, I. O. f., 2010. *ISO 26000 - Social Responsibility*. s.l.:Disponível em www.iso.org.

